

EDUCAÇÃO, SEGURANÇA PÚBLICA E GOVERNABILIDADE: A COMUNIDADE COMO PROTAGONISTA SOCIAL

Bruno Gawryszewski*

Resumo

A demanda pela atuação do poder público nas favelas e no seu entorno não é recente. Diante do desafio de consolidar uma política de intervenção nessas localidades, o trabalho se propõe a apontar como as políticas educacionais e de segurança pública têm sido operadas para garantir a governabilidade. Nesse sentido, este texto indica que a comunidade vem se tornando protagonista social na formulação e implantação dessas políticas específicas. Portanto, a análise se ocupará da construção do ideário da comunidade como sujeito político e como ela assume um papel relevante diante do tempo histórico marcado pela ascensão à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores.

Palavras-chave: Educação. Segurança Pública. Governabilidade.

INTRODUÇÃO

O trabalho investiga as atuais políticas educacionais direcionadas às escolas localizadas em áreas consideradas prioritárias, tanto para ação sócio educativa, quanto para políticas de segurança pública empreendidas pelo Estado, particularizando as implementadas no município do Rio de Janeiro. O presente estudo compõe uma tese em andamento, em que as investigações até o momento permitem fazer alguns apontamentos sobre como a educação está sendo estruturada e conduzida nessas localidades priorizadas pela intervenção do poder público.

A hipótese de trabalho é de que a educação tem se constituído como mecanismo de hegemonia para consolidar uma doutrina de segurança sob o *status* de pacificação, operada pelas forças de segurança do Estado. A administração da ordem social segue o preceito clássico de implantação de medidas repressivas e persuasivas, em busca do objetivo de manter a governabilidade nas favelas, com foco no local em que se encontra a classe trabalhadora mais expropriada e explorada economicamente. Essas ações acabam por demarcar territorialidades, por meio da intervenção / ocupação das favelas *pacificadas*.

O exercício da governabilidade nos “bolsões de pobreza” tem como propósito assegurar as condições para que o Estado possa exercer o seu poder territorial, garantindo a estabilidade política do território dito pacificado para que, mais amplamente, estes sejam suscetíveis a permitir que a circulação do capital ocorra sem maiores sobressaltos aos investidores. A opção de estudar essas políticas no Rio de Janeiro deve-se ao fato de que, nos últimos anos, a cidade se consolidou como pólo de grandes investimentos ligados a processos mundializados, como os megaeventos

* Mestre e Doutorando em Educação pelo PPGE / UFRJ, brunog81@yahoo.com.br

esportivos, projetos de reordenamento urbano e construção de grandes complexos industriais¹. Ciente de que possíveis atitudes disruptivas prejudicariam o clima favorável aos negócios, o poder público investe em estratégias que visam a atuar sobre a coesão social, não apenas oferecendo algum tipo de assistência à população mais empobrecida, mas, por meio de medidas que objetivam favorecer o protagonismo social da comunidade na implementação dessas políticas focalizadas.

O presente estudo possui um recorte específico: examinar os nexos entre educação, segurança e governabilidade a partir das propostas de políticas educacionais e de segurança pública direcionadas a comunidades forjadas como *pacificadas*, particularizando os programas de educação “Mais Educação” e “Escolas do Amanhã” e os programas da área de segurança pública “Pronasci” e “Unidades de Polícia Pacificadora”.

1 A COMUNIDADE COMO PROTAGONISTA SOCIAL

A formulação de políticas públicas em sintonia com a comunidade não é uma novidade da última década. Entretanto, existem elementos novos advindos da implantação do neoliberalismo como paradigma político-econômico dominante. Desde a primeira geração de medidas, ainda na década de 1980, os governos dos países “em desenvolvimento” vêm redirecionando, paulatinamente, os gastos públicos em programas focais e instituindo parcerias público-privadas, objetivando a transferência de responsabilidades e funções sociais antes exercidas pelo Estado para a dita sociedade civil.

Contudo, a partir da segunda metade da década de 1990, as vozes contra o neoliberalismo de primeira geração adquiriram considerável força política, provocando mobilizações sociais que levaram a destituição de mais de uma dezena de presidentes

latino-americanos. Naquele momento, a hegemonia das reformas neoliberais passara a ser questionada, por conta dos efeitos da exacerbação da concentração de renda, do aumento do desemprego e da precarização das relações de trabalho. Como resultante dessas crises e mobilizações novos sujeitos passaram a compor o bloco de poder em vários países, muitos deles vindos de campos políticos até então críticos ao neoliberalismo. Esses novos governos assumiram um novo marco discursivo, baseado na ideia de participação social, foi construído de forma a manter os mesmos princípios anteriores, só que dotados de uma dimensão ético-política que lhes garantissem maior aceitação da sociedade (ALMEIDA, 2006).

A participação social ganhou um vulto significativo, pois, se outrora era mais proclamada do que efetivada ou mesmo rejeitada e até temida, passou a ser incorporada como uma agenda dos organismos internacionais como pré-requisito para a aprovação de projetos, como expressa o Banco Mundial: “a participação popular nas decisões faz com que melhor representem suas necessidades, além de criar um consenso para as políticas. O Brasil pode acelerar ainda mais as reformas para melhorar a governabilidade” (BANCO MUNDIAL, 2002 apud MOTTA, 2007, p.233).

Nesse sentido, é passível de questionamento se a participação social está sofrendo um processo de reconfiguração de suas bases transformadoras e reivindicadoras para servirem aos interesses de hegemonia capitalista. Ainda no presente estudo, levanto a hipótese de que o capital social tem adicionado valor a essa estratégia de governabilidade, a partir de um quadro social marcado por intensas contradições e altos índices de desagregação do tecido social. O capital social é difundido como um conjunto de valores e condutas que, através de atitudes de reciprocidade, cooperação e confiança, inspiram a estrutura e comportamento de uma sociedade, colocando-se como um fator decisivo de coesão da ordem social em virtude dos supostos efeitos espalhados para a comunidade.

Neste sentido, o conceito de capital social tem a função de dar coerência às proposições políticas em torno de valores e interesses em comum.

As diversas concepções atualmente difundidas para o capital social, apesar de não serem idênticas, mais se complementam do que se excluem. Na concepção do Banco Mundial (2002), o capital social seria um instrumento de coesão social entre as instituições e a comunidade, visando à produção do bem comum. Robert Putnam (2007) compreende que o capital social é um instrumento necessário para o bom desempenho das instituições, com base numa *comunidade cívica* em que certos princípios sejam respeitados, tais como solidariedade, confiança, tolerância, cooperação, participação e associativismo. Higgins (2005), por sua vez, salienta que o capital social é um fator proeminente para o estabelecimento de redes de confiança e colaboração, “ativa” (leia-se, dilui) a fronteira do público e do privado, aproximando “sociedade civil” e Estado. Fukuyama (2000) corrobora com a necessidade de se recuperar os valores associativistas e de confiança, o que só poderia ser sanado com um *superávit* de capital social.

Essa redefinição de valores e do papel do Estado muito se aproxima da agenda política da “Terceira Via”, que tem no inglês Anthony Giddens o seu principal mentor. Por conta do escopo deste texto, priorizar-se-á somente a relação composta entre Estado, sociedade civil e comunidade. Este autor parte de uma compreensão de que a sociedade contemporânea estaria passando por dilemas que os modelos de orientação política, tanto à direita (neoliberalismo), quanto à esquerda (social-democracia e socialismo), não tiveram a capacidade de resolvê-los, tais como a globalização excludente, o avanço do livre mercado, a liberdade, a democracia e o individualismo. Por isso, conforme advoga Giddens (1999, p. 79) “o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade”.

Um dos princípios mais importantes do projeto da Terceira Via seria a “reinvenção da sociedade civil”, a qual denominou como “sociedade civil ativa”, entendida como um elemento que reforçaria a democracia e seria capaz de agir de restaurar a coesão social em ações conjuntas com o Estado, como salientam Lima e Martins (2005, p.53), “[a sociedade civil ativa] se tornaria o *locus* da ajuda mútua, da solidariedade, da colaboração e da harmonização das classes sociais”, ou seja, equidistante das organizações políticas de classe dispostas ao confronto e habituadas a um mundo de polaridades e posições antagônicas.

A nova sociedade civil seria o elemento capaz de articular em conjunto com o Estado uma forma de intervenção política que se aproxime e instaure um espírito comunitário, com o intuito de impulsionar uma “cultura cívica” e laços de solidariedade e confiança (GIDDENS, 1997). Destinadas a esse fim, um rol de medidas é defendida como capazes de atingir o efeito desejado, tais como o fomento às atividades econômicas locais como fruto da “engenharia social”, prevenção de crimes por meio de ações comunitárias, estímulo à constituição de famílias estáveis e envolvimento cívicos em grupos que promovam a “cidadania”.

2 GOVERNO LULA – A NOVIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 2000

Partindo do pressuposto de que o governo Lula não alterou significativamente as medidas tomadas no mandato de Fernando Henrique Cardoso, mantendo a tônica neoliberal, como as metas de inflação, o câmbio flutuante e um ajuste fiscal permanente, o fato é que a conjuntura mundial permitiu que se fizessem algumas concessões em favor das camadas trabalhadoras mais subalternas e média, a expansão do crédito com ampliação do consumo, a redução do número de pessoas em condição de *extrema* pobreza e a valorização real do

salário mínimo, fatores que conferiram legitimidade às opções do governo, ainda que as condições de vulnerabilidade externa estrutural do país tenham se mantido elevadas, tendo em vista que o país permanece dependente da compra de títulos da dívida pública e da entrada de dólar que é atraído ao país, pois, apesar da queda gradual da taxa de juros, esta ainda se mantém como a mais alta do mundo, o que confere rentabilidade satisfatória ao gosto do capital financeiro. Segundo explicam Filgueiras e Gonçalves (2007, p.99) “é própria da natureza do modelo liberal periférico a reiteração dessa vulnerabilidade e fragilidade, como condição de reprodução do capital financeiro e, portanto, de sua própria reprodução”. Assim, a dinâmica macroeconômica é marcada permanentemente por possíveis instabilidades dos “mercados nervosos”.

A partir do exposto anteriormente, ainda que os partidários do PT realizem grande esforço procurando expor diferenças significativas em relação ao período comandado pelo PSDB, percebe-se uma linha de continuidade estrutural entre os dois governos no que diz respeito ao modelo macroeconômico. Assim, quais seriam as ações e políticas que confeririam especificidade ao atual tempo histórico?

O Partido dos Trabalhadores foi constituído no âmbito das lutas sociais, tendo, ao longo do tempo, forjado uma relação próxima com os diversos segmentos organizados da classe trabalhadora, por meio de sua intervenção nos segmentos estudantis, populares, sindicais, trabalhadores rurais e movimentos sociais contra opressões. Este lastro político lhe permitiu dirigi-los em torno de um projeto de poder sob o mote de construir um novo contrato social, em que colocava como uma das prioridades a abertura de canais e mecanismos institucionais para uma participação mais efetiva da população.

A chegada do partido ao governo do país permitiu incorporação das frações mais organizadas

da classe trabalhadora que estava sob a direção das correntes majoritárias do PT, como os grupos que operavam o controle da central sindical CUT e diversos outros movimentos e entidades vinculadas ao partido, possibilitando canais de diálogo entre os diversos segmentos da vida social brasileira e o governo. Resultou dessa proximidade PT / movimentos a nomeação de muitos sindicalistas para cargos públicos, nas estatais, empresas mistas, fundos de pensão vinculados às empresas públicas, promovendo enorme processo de cooptação da maior parte dos setores combativos nos movimentos políticos e dos partidos da esquerda. A este tipo de deslocamento de antigos opositores para o bloco de poder até então antagônico, Gramsci denomina transformismo. Com isso, o governo federal pôde angariar apoio suficiente para se blindar diante de quaisquer crises que viessem a ocorrer, como o caso de corrupção conhecido como “mensalão”. O apaziguamento e consentimento dos setores subalternos da sociedade muito favoreceram o governo Lula.

Esse cenário ganha uma especial importância na medida em que os programas assumiram uma outra qualidade com a chegada do PT ao governo, que é a de salientar a importância de o governo tratar os agora denominados excluídos como protagonistas da política social focalizada, impulsionando o ideário de que os próprios indivíduos organizados seriam capazes de promover a cidadania, por meio de uma participação popular (subordinada) e pelo fomento de valores comunitários. Na esteira da ascensão da comunidade, estariam em jogo sentimentos de pertencimento, solidariedade e confiança.

3 OS PROJETOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Em 2007, já no segundo mandato de Lula, é lançado o projeto de segurança pública de maior abrangência na gestão petista, o Programa Nacional

de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, Lei 11.530/2007 - em que o governo federal se compromete a investir R\$ 6,7 bilhões de reais até 2012 em um conjunto de ações em que se articulam ministérios, secretarias e bancos públicos em intervenções conjuntas com os estados e municípios.

O Pronasci é composto por duas frentes principais: a ação policial e a prevenção e integração dos jovens à sociedade. Em relação a primeira, o núcleo central é a valorização profissional dos agentes de segurança e intensificação e ampliação de medidas de combate ao crime organizado e à corrupção policial. Na segunda, é reiterado que os jovens são o público-alvo do programa, cujo objetivo é garantir o acesso a todas as políticas sociais, especialmente aquelas dirigidas aos “territórios de descoesão social”.

No escopo das ações dirigidas aos jovens é que reside o principal interesse do texto. Quatro projetos foram instituídos imediatamente: “Reservista Cidadão”, “Protejo”, “Mulheres da Paz” e “Bolsa Formação”, todos estes regulamentados pela lei 11.707/2008. O “Reservista Cidadão” é destinado a capacitar os recém-licenciados do serviço militar obrigatório a atuarem como agentes comunitários para a inclusão de jovens nos programas de promoção da cidadania. O “Protejo” oferece atividades educacionais, esportivas ou culturais a jovens expostos à violência com o objetivo de (re) inseri-los na vida comunitária. O “Mulheres da Paz” se propõe a identificar lideranças femininas e mobilizar os jovens e adolescentes de sua comunidade a se inserirem nos programas sociais de promoção da cidadania.

Já o projeto “Bolsa Formação” tem como objetivo qualificar os agentes de segurança pública em cursos de extensão oferecidos pela própria Secretaria Nacional de Segurança Pública ou de especialização em instituições legalizadas pelo Ministério da Justiça, oferecendo uma remuneração suplementar em que os rendimentos do policial nunca sejam inferiores a R\$ 1300 e instituição

de programas de polícia comunitária. Os cursos em questão são credenciados e financiados pelo governo federal através da Rede de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp) e tem como conteúdos principais a segurança aliada à cidadania e a promoção e defesa dos Direitos Humanos.

O projeto tem como prerrogativa a adesão das unidades federativas por meio de um pacto em que os estados implantem algumas medidas como os Gabinetes de Gestão Integrada, sob o mote da garantia de participação da sociedade civil: executar de forma articulada as políticas de segurança, urbanismo e social; criar mecanismo de divulgação das ações do programa; apresentar plano diretor do sistema penitenciário; apoiar as vítimas da violência e manter compromisso com as diretrizes gerais do Pronasci (BRASIL, 2008).

É provável que o “Bolsa-Formação” seja o projeto que atingiu maior repercussão, menos pela “marca” em si e mais pelo apoio que ele confere às iniciativas geradas nos próprios estados, particularmente, no Rio de Janeiro, que atende pelo nome de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

As UPP’s foram alçadas à condição de principal instrumento da política de segurança fluminense, tendo em vista que sua atuação reside no *lôcus* que nos últimos trinta anos tem sido identificado como um verdadeiro enclave dentro das cidades: as favelas. A ocupação permanente de algumas favelas resultou na principal estratégia publicitária do governador Sérgio Cabral, reeleito em 2010, em aliança com o PT e outros 14 partidos, recebendo elevados 66% dos votos válidos, o que sugere o elevado apoio da população à sua política de segurança.

O governo estadual tem apostado numa ocupação permanente, entendendo que a presença de uma polícia comunitária – conforme os moldes previstos no Pronasci - garantiria a retomada do controle territorial e do monopólio do uso da força pelo Estado. As ocupações

são realizadas no seguinte padrão: 1) retomada do território: o Batalhão de Operações Especiais (Bope) ocupa e permanece na favela. É nesse momento em que geralmente ocorrem alguns confrontos armados, apreensão de armas e prisões de chefes locais; 2) estabilização do ambiente e entrada da UPP para administrar a segurança; 3) ocupação definitiva: a polícia passa a fazer parte da comunidade; 4) pós-ocupação: aprofunda-se o vínculo com a comunidade e busca-se estabelecer relações institucionais, especialmente com a associação de moradores². Até março de 2011, estavam instaladas 17 UPP's³.

O propósito das ocupações permanentes não está centrado na erradicação do tráfico de drogas, ainda que os “narcotraficantes” sejam considerados os principais inimigos das forças de segurança pública, mas na consolidação de patamares aceitáveis de criminalidade em que o Estado não esteja alijado de exercer o controle territorial nas favelas. Pode-se concluir que o discurso da pacificação está centrado em torno de três objetivos:

1 Retomada integral do controle territorial por parte do Estado;

2 Reconhecimento da “cidadania” e direitos sociais, associado a cumprimento de normas de convivência impostas pela polícia;

3 Fomento de uma participação social baseada em vínculos comunitários.

4 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA ZONAS PRIORITÁRIAS

Esta seção será destinada a uma breve caracterização das políticas educacionais imbuídas de intervir nas áreas tidas como prioritárias de intervenção sócio educativa e que dialoguem com as premissas contidas nos programas de segurança pública mencionados anteriormente.

No tocante às políticas educacionais na última década, a discussão em torno da educação em tempo integral foi assumida como agenda prioritária pela instância governamental e seus interlocutores privilegiados, como o movimento empresarial “Todos pela Educação”. Nesse sentido, o estudo da legislação realizado por Menezes (2009) dá a medida de como a questão vem, progressivamente, ganhando corpo no ordenamento jurídico mais recente. Tomando como marco temporal a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), esta prevê, no artigo 34, que “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”. Por sua vez, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2001, não apenas menciona a questão do tempo integral como jornada escolar, mas enquanto formação integral do homem, delimitando o quantitativo mínimo de sete horas para a escola de tempo integral. Entretanto, o PNE é elucidativo em apontar que a educação em tempo integral seria uma prioridade “para as crianças das camadas sociais mais necessitadas”, o que traz mais um elemento de que, tal como nas políticas sociais de transferências de renda, também exista a compreensão de que seria necessária uma “educação para os pobres”, não só em termos de instalações e infraestrutura local, mas que detenha uma dimensão ético-política específica para uma determinada parcela da população.

A política educacional no segundo mandato do governo Lula foi consolidada no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um conjunto de 30 ações que incidem sobre diversos aspectos e todos níveis educacionais. Entre esses programas, destaca-se o “Mais Educação” (instituído pela portaria Interministerial 17, de 24 de abril de 2007 e regulamentado pelo Decreto 7083/2010). Este tem como objetivo fomentar a educação em tempo integral,

visando “a melhoria do rendimento do aluno e do aproveitamento do tempo escolar com a realização de atividades educativas, artísticas, culturais e esportivas no contraturno” (BRASIL, 2007).

A formação integral seria resultado da articulação da escola com os diversos atores sociais que se disponham a contribuir para tal fim. Dentre os princípios designados ao “Mais Educação”, é possível perceber que a comunidade, a sociedade civil e a territorialidade são marcos discursivos atrelados ao programa, levando a crer que estão incorporados ao discurso oficial das atuais políticas de Estado, pois estão nítidos no que dizem respeito ao exercício de atividades educacionais em espaços além dos limites da escola, conforme exposto no artigo 2º, inciso II “constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos...” e inciso V “incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares...” (BRASIL, 2010).

A escolha das escolas participantes do “Mais Educação” se daria, dentre outros critérios, pela compreensão de que se tratam de “territórios com índices de vulnerabilidade social” ou “zonas prioritárias de ação sócio-educativa”. Na composição do rol da relação de escolas atendidas pelo programa, uma das condições é que o município seja atendido pelo Pronasci, o que nos dá mais um indício de que as políticas de educação e de segurança pública estão se materializando de forma cada vez mais articulada.

Articulado ao “Mais Educação”, o programa “Escolas do Amanhã”, do município do Rio de Janeiro, tem como característica fundamental o enfoque territorial, a exemplo do Pronasci e das UPP’s. Criado no primeiro semestre de 2009, o programa consiste numa iniciativa da Prefeitura do Rio de Janeiro que atende a 150 escolas públicas localizadas em áreas de

altos índices de violência, localizadas em favelas ou em seu entorno e que combinem fatores como baixo desempenho no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) abaixo da média da cidade, taxa de evasão, taxa de analfabetismo funcional, localização da escola (áreas conflagradas, com alto risco social, controlado por traficantes de drogas ou milícias ilegais), número de alunos que necessitam de ensino de recuperação, número de alunos por unidade escolar e por níveis de ensino dentro de cada unidade escolar.

O “Escolas do Amanhã” parte do princípio de que para a aprendizagem dos alunos não basta a construção e manutenção de estruturas adequadas ao atendimento ou um currículo estimulante, mas que alguns fatores exteriores à escola contribuiriam decisivamente para o rendimento escolar, em destaque a presença de situações de violência no entorno da escola, o que dificultaria não apenas a aprendizagem, mas a própria presença do aluno.

A dinâmica do programa preconiza que os alunos permaneçam por sete horas em atividades, sendo que duas horas e meia serão destinadas a oficinas esportivas e artísticas em que os objetivos principais seriam: a) a redução da evasão escolar que, nessas localidades, ocorrem em dobro à média da cidade; b) melhora nos índices de aproveitamento no Ideb, a partir de índices percentuais estabelecidos para cada instituição.

A implementação do programa tem se ancorado em seis projetos:

1 Programa Mais Educação: ratificando o seu caráter indutor de iniciativas locais, sua inclusão se materializa na realização das oficinas de artes e esportes, promovidos por oficinairos contratados pela Lei do Voluntariado;

2 Reforço Escolar: promovido por organizações sociais, as aulas têm como premissa romper a defasagem série / idade em virtude de dificuldades de aprendizagem;

3 Projeto Uerê-Mello: uma metodologia de ensino voltada a desfazer bloqueios cognitivos gerados pela violência;

4 Programa Bairro Educador: consiste em detectar e potencializar os recursos culturais que guardam a comunidade de modo a se envolver na educação das crianças, especialmente nas atividades do contraturno, em complemento aos saberes oriundos da sala de aula;

5 Programa Saúde na Escola: programa preventivo de promoção da saúde;

6 Projeto Cientistas do Amanhã: promovida por uma ONG, consiste numa proposta de ensino diferenciado das ciências que procura instigar a curiosidade dos estudantes nos laboratórios instalados.

Conforme já verificado nas iniciativas da UPP, Pronasci e Mais Educação, o programa “Escolas do Amanhã” prioriza a integração da escola com a comunidade, desenvolvendo uma gestão com parcerias entre outras esferas governamentais e com a “sociedade civil ativa”. Outra semelhança é que se procura recrutar lideranças e membros proeminentes para desempenhar papéis de orientação das crianças, como aquele destinado às *Mães Comunitárias*, cuja tarefa principal é mobilizar as crianças para as atividades educacionais.

CONCLUSÃO: O QUE APONTAM OS PROGRAMAS?

A institucionalização, por meio de ações de política pública e de alianças com “organizações civis” de setores sociais explorados e expropriados até então desvinculados dessas políticas, em particular, em locais de grande conflagração social (seja de natureza criminosa, seja política), fortalece a hegemonia de um determinado bloco de poder. Longe de significar um avanço na luta de classes em favor dos excluídos, expressa a tentativa das classes dominantes de manejar

essa contradição no intuito de manter inalterado o processo de acumulação do capital.

É possível sugerir que os programas aqui considerados (Pronasci, UPP, Mais Educação, Escolas do Amanhã) estão dotados de um trabalho formativo de forte dimensão ético-política no sentido de conformar a aceitação dessa nova direção em que apontam as políticas de Estado. Para isso, reúnem algumas características em comum, como:

1 a comunidade é o *locus* civilizatório que integraria os jovens à convivência pacífica na sociedade;

2 o foco dos programas são os jovens que, por sua vez, contariam com o reconhecimento da cidadania e do percurso socioformativo como pressupostos para a “inclusão” na sociedade;

3 os cursos de capacitação não apenas contemplariam o que se pode chamar de “qualificação profissional”, mas também dotados de componentes ligados a um “exercício da vida”, transmitindo ao jovem uma mensagem de que ele, como cidadão, é portador de direitos e, ainda que nem sempre sejam garantidos, devem ser reivindicados de forma ordeira e pacífica;

4 os projetos têm um caráter indutor de possíveis arranjos locais e funcionam em permanente integração entre si.

A conformação de um novo bloco histórico está intrinsecamente ligada às condições objetivas que o tornam possível (BUCI-GLUCKSMANN, 1980). A leitura da formulação geral dos programas permite afirmar que a “participação” da comunidade como protagonista social é essencial para o êxito do Estado em compor uma nova direção intelectual-moral para o conjunto da sociedade.

Nesses termos é que se valoriza a ideia de que as pessoas têm de mobilizar as suas energias para as coisas “certas”. Essa linha de pensamento revela a defesa do perecimento das lutas para implantação de mudanças estruturais, ao passo que a receita de intelectuais e

organismos internacionais se caracteriza pela busca de consensos aparentes, baseados em mudanças “concretas” (leia-se localizadas e pontuais). Por isso, advoga-se pela indispensabilidade da cooperação das pessoas – mesmo que mais ao sabor do plano discursivo – para o sucesso da implementação de reformas. Logo, o pano de fundo se revela uma ferramenta para o exercício da governabilidade conforme defende o ex-presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, mencionado por Bernardo Kliksberg:

si no tenemos la capacidad de hacer frente a las emergencias sociales, si no contamos con planes a más largo plazo para establecer instituciones sólidas, si no logramos una mayor equidad y justicia social, no habrá estabilidad política. (KLIKSBERG, 2000, p. 27)

A análise dos programas permite destacar que a tônica da participação comunitária aparece como pressuposto. Contudo, é passível de questionamento se os programas analisados, também não estão integrados a um projeto de cidade que territorializa os espaços urbanos, de modo a demarcar a função que cada bairro ou localidade ocupa no projeto de reprodução do capital, de modo que, alguns bairros considerados “estratégicos” necessitariam de maior atenção das forças policiais, por conta de múltiplos fatores, como a intensa circulação de mercadorias por suas vias, atividade turística na região, a realização de megaeventos ou maior concentração habitacional da classe média alta ou alta. Pode-se concluir que comunidades ordeiras são interessantes porque são receptivas à intervenção do Estado, intermediando os interesses do capital. E, desse modo, nada melhor que uma comunidade *pacificada*.

A incorporação da educação a uma doutrina de segurança sob o mote da pacificação alteram em profundidade a sua função social, particularmente o propósito de propiciar a socialização de conhecimentos referenciados em valores críticos da ciência, na medida

em que estarão regidos por propósitos distantes da emancipação do homem e sua multidimensionalidade. Adiante, a pesquisa se incumbirá da tarefa de investigar com maior precisão a fundamentação teórica que apoia as políticas dos territórios estudados, acentuar as mediações entre as políticas de segurança e de educação e o projeto ético-político dirigido aos educandos.

EDUCATION, PUBLIC SAFETY AND GOVERNABILITY: THE COMMUNITY AS A SOCIAL ACTOR

Abstract

The demand for the performance of the government in the slums and neighborhood is not new. Facing the challenge to consolidate a policy of intervention in these locations, the paper aims to show how education policies and public security has been operated to ensure governability. Thus, this text indicates that the community is becoming a social actor in the formulation and implementation of these specific policies. Therefore, the analysis is concerned with of the notion of community as the protagonist and assumes a role as the face of historical time marked by the ascension to the presidency by the Workers' Party.

Keywords: Education. Public Safety. Governability.

NOTAS

- 1 O Rio de Janeiro será a principal sede da Copa do Mundo de futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016. Existem diversos projetos de intervenção urbana como o PAC, Morar Carioca, Porto Maravilha, Transcarioca, dentre outros. Por fim, recentemente instalaram-se alguns complexos industriais como a CSA em Santa Cruz e o Comperj em Itaboraí (Região Metropolitana do Rio de Janeiro).

- 2 Adaptado do Decreto Estadual n 42.787, de 06 de janeiro de 2011, que dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- 3 As 17 UPP's são responsáveis pelo patrulhamento de cerca de 30 favelas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. *O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90*. 2006. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- BANCO MUNDIAL. Brasil justo competitivo sustentável: contribuições para o debate. *Banco Mundial*: Washington, dez. 2002.
- BRASIL. Decreto nº 6490, de 19 de junho de 2008. Regulamenta os arts. 8-D e 8-E da Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI – e revoga o Decreto 6.390, de 8 de março de 2008. *Casa Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/Decreto/D6490.htm>. Acesso em: 03 out. 2010.
- _____. Portaria Interministerial 17. Brasília, 2007.
- _____. Decreto nº 7083, de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação. *Casa Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Decreto/D7083.htm>. Acesso em: 03 out. 2010.
- BUCI-GLUCKSMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A economia política do Governo Lula*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FUKUYAMA, F. *A Grande Ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- GIDDENS, A. *A terceira via*. São Paulo: Record, 1999.
- HIGGINS, S. *Fundamentos teóricos do capital social*. Chapecó: Argos, 2005.
- KLIKSBERG, B. El rol del capital social y de la cultura en el proceso de desarrollo. In: KLIKSBERG, B.; TOMASSINI, L. (Org.). *Capital social y cultura: claves estratégicas para el desarrollo*. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo, 2000.
- LIMA, K.; MARTINS, A. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, L. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- MENEZES, J. Educação integral e tempo integral na educação básica: da LDB ao PDE. In: COELHO, L. (Org.). *Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo*. Rio de Janeiro: DP et Alii, FAPERJ, 2009.
- MOTTA, V. C. *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo*. 2007. 379 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Enviado em 22 de abril de 2011
Aprovado em 31 de janeiro de 2012